

A ONU e a Consciência do Mundo diante do Possível

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA*

A morte de Sérgio Vieira de Mello em 19 de agosto de 2003 marcou provavelmente um dos piores momentos da história da Organização das Nações Unidas, tanto no que diz respeito à sua imagem pública quanto à avaliação objetiva das possibilidades de ela cumprir com sucesso as missões ambiciosas para as quais foi criada.

O atentado terrorista em Bagdá que custou a vida de Vieira de Mello e outros funcionários da ONU não apenas foi o mais grave ataque sofrido pela entidade em sua existência, mas também mostrou com clareza que pelo menos uma parcela da sociedade iraquiana percebia a sua presença no país como braço auxiliar da ocupação anglo-americana ou – pelo menos – como uma tentativa de legitimá-la.

Todo o episódio da guerra e ocupação do Iraque em 2003 enfraqueceu a ONU diante da opinião pública internacional. Primeiro, por ela ter-se mostrado impotente para impedir a invasão anglo-americana. Não faltaram, ainda que equivocadas, comparações com o que sucedera à Sociedade da Liga das Nações em 1935, quando a Itália

* Carlos Eduardo Lins da Silva é jornalista, doutor e livre-docente em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e mestre em Comunicação pela Michigan State University, além de atual diretor da Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas.

ocupou a Etiópia. Depois, a explosão que destruiu a sede da ONU em Bagdá demonstrou que a aura de imparcialidade que a organização conseguira acumular em seus quase sessenta anos de vida deixara de ser suficiente para defendê-la desse tipo de agressão, em geral dirigida a países e entidades identificadas com o poder político e militar dominante.

Embora ainda não se conheçam detalhes, sabe-se – no entanto – que as relações entre Vieira de Mello e a principal autoridade civil americana, Paul Bremer, eram complicadas, e que a tensão entre eles aumentava na medida em que ficavam cada vez mais claras as dificuldades que o representante principal da ONU no Iraque enfrentava no seu esforço para imprimir alguma racionalidade a um processo ensandecido.

Em sua última entrevista, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* na semana em que Vieira de Mello morreu, ele demonstrava como a tensão devia estar aumentando, ao declarar: “Esse deve ser um dos períodos mais humilhantes da história desse povo [iraquiano]. Quem gostaria de ver seu país ocupado? Eu não gostaria de ver tanques estrangeiros em Copacabana”. Essa afirmação enfática, distante da tradicional cautela retórica dos profissionais que lidam com a diplomacia, vinda de uma pessoa com o traquejo e competência de Vieira de Mello, é indicativa do grau de desacordo que devia haver no Iraque de 2003 entre os representantes da ONU e os da superpotência hegemônica.

A leitura de “A Consciência do Mundo: A ONU diante do Irracional na História” permite supor com mais precisão as bases dessa discordância sob o ponto de vista de um dos seus dois principais personagens e – mais ainda – adivinhar os motivos por que Vieira de Mello aceitou a missão difícil que o secretário-geral Kofi Annan lhe havia conferido pouco depois de ele ter obtido um dos postos mais elevados da hierarquia da Organização.

Admirador da “visão macro-histórica providencial” de Hegel e partidário da “convicção de que o movimento da história humana é perfectível, que segue um curso conforme a razão”, Vieira de Mello admite nesse documento, no entanto, que, ao longo de sua carreira,

ele havia se deparado com mais desmentidos do que confirmações desse “balanço otimista”. Mas tal constatação não o levou nem à “outra extremidade do espectro da interpretação, segundo a tipologia de Iggens [...] a teoria anti-historicista, estrutural, arqueológica da história” nem ao niilismo.

Ele se tornou adepto, “pela força do real e do racional – e nesta ordem” de “uma teoria relativista e voluntarista da história”. E explicava: “Ao contrário do providencialismo hegeliano, esta teoria, que endosso, reconhece mas não aceita como úteis, necessários ou inevitáveis os comportamentos infra-humanos ou desumanos, inclusive em contexto de competição ou de conflito”.

Quem lê “A Consciência do Mundo” pode entender como Vieira de Mello – pela força do real e do racional (nesta ordem) – deve ter acreditado que podia fazer sentido trabalhar no Iraque sob uma ocupação militar que ele evidentemente – como a maioria absoluta dos que pensam sobre as relações internacionais – julgava ilegítima, com o objetivo de abreviá-la e de minorar seus efeitos e, ao mesmo tempo, de tentar garantir imediatamente os direitos elementares dos cidadãos iraquianos. Como dizia no artigo; “é preciso [...] empregar a força para prevenir o mal ou, se for tarde demais, para impedir que chegue à degradação extrema”.

Imagine-se, contudo, como devem ter sido dramáticos e desgastantes os embates entre este intelectual humanista e os agentes do “interesse mesquinho e de curta visão, do irracional, da linguagem da força e da violência” cada vez que ele se deparava com evidências ou indícios de abusos contra prisioneiros ou simples cidadãos, do tipo dos cometidos na infame prisão de Abu Gharib.

É uma pena que, até sua morte, a opinião pública brasileira tenha conhecido tão pouco o pensamento e a obra intelectual de Vieira de Mello. Se seus escritos, como o artigo aqui comentado, tivessem tido maior divulgação, teria sido possível compreender com mais acuidade as contradições do processo em que ele se envolvia em sua última tarefa como funcionário internacional e, em consequência, o próprio desenrolar dos fatos no Iraque ocupado.

O texto também oferece uma enorme contribuição para se ter uma perspectiva melhor do que o futuro reserva para a Organização das Nações Unidas, o que pode ser particularmente útil no Brasil deste início do século XXI, quando o governo brasileiro parece especialmente empenhado em fazer com que o Brasil tenha papel mais relevante na entidade, inclusive um assento num Conselho de Segurança ampliado e modificado (o que, objetivamente, em agosto de 2004, ainda era uma hipótese altamente improvável).

Vieira de Mello escreveu o artigo – originalmente uma aula proferida em novembro de 2000 – antes das profundas modificações na geopolítica mundial geradas a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001. No limiar do novo século, ainda imperavam – apesar de já abrandadas pela realidade de inúmeras tragédias humanitárias – as esperanças de uma ordem internacional mais equilibrada que o fim da Guerra Fria havia despertado.

O autor parecia preocupar-se especialmente com os conflitos intra-estatais, com o acirramento de tensões provocado pela expansão do micronacionalismo e sobre como evitar que elas não levassem a confrontos violentos. Para tanto, ele propugnava o modelo federal ou confederal, “cuja pedra angular é a noção de autonomia”. Falava, com admiração, do projeto da União Européia e da Comunidade dos Estados Independentes. Estava, sem dúvida, correto.

Suas recomendações com certeza ainda podem ser de utilidade até para a reconstrução do Iraque, dividido – como muitos outros Estados contemporâneos – em grupos que aspiram individualmente por direitos de autodeterminação. O desafio permanece: “encontrar a fórmula constitucional e de estruturar uma arquitetura política, econômica e administrativa capaz de garantir a diversas comunidades uma partilha equitativa do poder e uma justa afirmação de identidade e de direitos dentro das fronteiras de um mesmo Estado”. Muito provavelmente, Vieira de Mello morreu quando procurava essa fórmula para o Iraque.

A outra grande proposta do autor em seu texto é a tese de que a ONU e, mais particularmente, o seu Secretariado-Geral e o Conselho

de Segurança “podem e devem agir como agentes aceleradores dessa transição do racional ao real” porque ela [a ONU] “é o arquétipo da sociedade internacional no qual podem tomar formas dialéticas positivas particulares, adequadas às necessidades conjunturais”.

A perspectiva pré-11 de setembro permitia afirmar com alguma segurança que “uma teoria global dos conjuntos é inconcebível nesta fase de nossa história, mas é, no entanto, mais aceitável hoje do que apenas um século atrás” e que “é no sentido da realização desta teoria que nos encaminhamos”, como fez Vieira de Mello no artigo.

A solidariedade mundial que os EUA receberam depois dos ataques em Nova York, Washington e Pensilvânia ainda poderia justificar, mesmo que momentaneamente, otimismo ainda mais confiante na direção proposta por Vieira de Mello: encarar as Nações Unidas como “o único órgão de finalidade universal capaz de realizar essa junção vital [entre moral e política] para o futuro incerto da humanidade”.

No entanto, os eventos que levaram à invasão do Iraque e seus desenvolvimentos cobriram de névoa esse horizonte animador. Embora as premissas permanecessem justas (a independência e imparcialidade da ONU e suas condições de transcender o imediato, os interesses particulares), a realidade política mostrou que as condições da ONU realizar o intento de Vieira de Mello se viram drasticamente limitadas pela ação unilateral do governo da única superpotência mundial. Tornou-se ostensivo o fato de que, assim como na Guerra Fria, a bipolaridade havia, em diversos momentos cruciais da história, marginalizado a ONU; no mundo unipolar que a sucedeu, o mesmo pode ocorrer se assim o desejar a administração dos EUA.

A extraordinária e inédita concentração de poder obtida pelos EUA torna virtualmente impossível à ONU agir sem o seu beneplácito. Felizmente, é verdade que, por ideologia, conveniência e tradição histórica, os EUA como nação preferem legitimar sua política externa com mandatos formais de órgãos representativos da comunidade internacional. Não foi por outro motivo que George W. Bush tentou conseguir o consentimento do Conselho de Segurança para a invasão do

Iraque. Mas, não o tendo obtido, da mesma forma agiu como queria, o que tornou ostensiva a falta de poder real da entidade.

Mas, como se pode aprender no artigo de Vieira de Mello, as tradições da política internacional são inúmeras e surpreendentes. A ação militar no Iraque em 2003 foi uma demonstração inequívoca de que os EUA podem e vão agir à revelia da ONU sempre que seu governo achar necessário. E isso pode acontecer tanto quando o país estiver sob o comando de um unilateralista convicto e arrogante, como Bush, quanto de personagem mais simpático e tolerante, como John Kerry deixou patente em seu discurso de aceitação da candidatura à Presidência pelo Partido Democrata, ao afirmar que em seu eventual governo os EUA não serão reféns de outros países quando o seu interesse nacional estiver em jogo.

No entanto, a negativa do Conselho de Segurança e do Secretariado Geral da ONU para referendar a invasão do Iraque (apesar das terríveis pressões que receberam de Washington) reforçou o principal ativo da organização, realçado de modo muito enfático por Vieira de Mello em seu texto: “A Organização das Nações Unidas é o próprio *habitat* dessa consciência mundial [...]. A ONU é o único instrumento que pode reintroduzir as normas de moralidade no curso da história e humanizá-la”.

Ao se negar a validar os planos de George W. Bush para o Iraque, o Conselho de Segurança pode, como advertiu o presidente americano, ter “flertado com a irrelevância”. No entanto, resguardou para a entidade a autoridade moral indispensável para ter qualquer tipo de influência sobre as decisões mundiais. O fracasso do pós-guerra do Iraque deu à ONU uma nova relevância, já que os EUA se viram incapazes de sair sozinhos da enrascada em que eles próprios se haviam emaranhado.

Paradoxalmente, a invasão do Iraque foi, ao mesmo tempo, a maior demonstração de que não há força capaz de conter os desejos do governo dos EUA e de que a realização desses desejos não ocorrerá de modo integral. O mundo contemporâneo, em boa medida graças à existência e ação da própria ONU, não admite mais desmandos e abu-

dos injustificados e sem o mínimo embasamento na moralidade e na racionalidade.

No entanto, não é mais possível imaginar que a ONU, do modo como está estruturada atualmente, seja capaz de desempenhar o papel vital de intérprete dessa consciência mundial, como propunha Vieira de Mello em seu artigo. Nem parece viável prever que uma simples reforma na sua estrutura possa equipá-la para tanto.

Uma análise objetiva da realidade política não permite, por exemplo, antever um Conselho de Segurança com mais membros permanentes com direito de veto. E, sem direito de veto, de que adiantam mais membros permanentes? Se for para servir como resistência moral aos ímpetus da superpotência, a fórmula atual já demonstrou ter sido o bastante. Membros rotativos do Conselho, tão politicamente vulneráveis a Washington, como Angola, Camarões, Chile, Guiné, México e Paquistão, exerceram esse papel com elogiável coragem.

A contenção da superpotência pode se dar na ONU e em outros fóruns apenas quando uma força maior se mobiliza: a opinião pública mundial; e, nela, com especial destaque, a própria opinião pública americana. Este é o único poder capaz de se contrapor ao do governo dos EUA. Foi ele quem levou a administração George W. Bush a recorrer à ONU e fazer dela um ator importante para a constituição do governo provisório do Iraque, formado em 30 de junho.

Essa medida, que deveria ter sido tomada mais de um ano antes, só foi possível porque a opinião pública mundial – a americana inclusive e a espanhola com particular intensidade, por meio da eleição dos socialistas em 2003 – exigiu. Outros exemplos (como a quebra de patentes dos medicamentos contra a aids na OMC) demonstram a força da opinião pública internacional no estabelecimento de políticas internacionais.

As mudanças que poderão dar à ONU o papel antecipado por Vieira de Mello em seu artigo precisam dar espaço, em seus organismos de decisão, a representantes legítimos dessa opinião pública internacional (organizações não-governamentais, empresas multinacionais, veículos de comunicação de massa, universidades, institutos de pes-

quisa). A ONU não pode ser constituída apenas de Estados se quiser ser "a consciência do mundo" porque todos os Estados se tornaram frágeis demais diante do poder descomunal de um deles.

É necessária uma alteração radical na constituição da ONU para ela conseguir realizar o sonho de Vieira de Mello. Mais do que uma assembléia de Estados, ela precisa se tornar o fórum da sociedade civil planetária e seu porta-voz.